

REUNIÃO NACIONAL DE CULTURA (3)

Sobre a tradição oral

O PAPEL DA CULTURA NO PROCESSO REVOLUCIONÁRIO (b)

No 2.º apontamento sobre a Reunião Nacional de Cultura reportamos a primeira parte da palestra sobre «o papel da Cultura no processo revolucionário», algumas das questões desenvolvidas pelo orientador da palestra, Gideon Ndove, em resposta a perguntas postas sobre a problemática.

Ainda neste quadro merecem referência duas outras questões abordadas, e ainda não por nós referidas.

A primeira referia-se à questão da nacionalidade moçambicana, ao problema de saber quando ela surge no processo histórico moçambicano. Numa das intervenções foi posta em termos de sugestão/afirmação a tese de que o espaço pela formação do conceito de nacionalidade seria talvez anterior à FRELIMO, talvez ao próprio colonialismo português. Ter-se-ia iniciado o seu processo de formação a partir das associações de tribos, processo esse que teria sido interrompido pelo colonialismo português.

Essa tese foi rejeitada. Tomando como exemplo os impérios de Gaza e de Monomotapa (exemplos dessas «associações» de tribos) foi defendido que mais do que associações e essas relações eram relações de dominação. Uma «tribo-chefe» conquistava e a si subordinava tribos mais fracas. As tribos conquistadas tornavam-se escravas, braços armados e força de trabalho das tribos conquistadoras. A formação dos impérios não superava propriamente a tribo.

Mesmo com a resistência à ocupação colonialista a concepção de nação não surge, as tribos não lutam por criar a nacionalidade.

Mais tarde, durante a ocupação, a identidade de circunstâncias em que trabalhadores originários das diversas regiões eram sujeitos

em conjunto a exploração desumana (como na estiva, nas grandes plantações, etc.) criavam condições para a identificação entre eles, para a sua unidade. Mas apercebendo-se disso (graças às suas revoltas) os colonialistas não permitiam normalmente que as mesmas pessoas permanecessem juntas mais de um ano, dezoito meses.

Toda a actuação do colonialismo foi no sentido de encorajar deliberadamente essa divisão por tribos.

O processo de desenvolvimento da consciência foi no entanto, e naturalmente, um processo dialéctico. Mas, é efectivamente com a criação da FRELIMO que surgem as bases reais para a criação da nacionalidade moçambicana. É com a criação e luta desenvolvida desde o início nesse sentido que se dá historicamente o salto qualitativo da perspectiva de tribo para e de nação, da perspectiva de libertar a região para a de libertar o país.

Mas, mesmo a criação da FRELIMO não é em si o superar desse problema que até agora, não está totalmente ultrapassado. Não nasce a FRELIMO e acaba o tribalismo, a perspectiva de tribo. Essa perspectiva foi combatida pela FRELIMO, há desencadeado pela FRELIMO um processo permanente de combate. Esse combate é feito pela educação dos seus militantes e das massas, em geral.

E, esse é um combate científico. A FRELIMO faz nascer, cria, desenvolve e consolida, o conceito, a perspectiva de unidade nacional mostrando onde somos fundamentalmente iguais, como somos igualmente oprimidos e explorados, quer ao nível da sociedade colonial, quer ao nível da sociedade feudal.

É em relação a essa questão que é de novo focada a perspectiva do internacionalismo. Hoje a expulsão do colonialismo a

FRELIMO educa-nos no desenvolvimento simultâneo da perspectiva da unidade nacional e na perspectiva do internacionalismo proletário.

A outra questão levantada foi de que na transformação da nossa sociedade a transformação da base material e a transformação da supra-estrutura (onde se situa a Cultura) se deveriam fazer em planos diferentes. Concretamente era dito que a transformação da supra-estrutura resultaria de «um esforço específico». Em termos ainda mais concretos do que foi expresso, primeiro deveríamos fazer a revolução no sector da economia, e depois na Cultura. Ou que, pelo menos, esses eram dois processos separados — haveria uma revolução na base material e outra na base ideológico-cultural.

Essa tese não é científica. Como tal foi escangalhada.

Para a escangalhar Gideon Ndove explicou que o trabalho, o grande esforço de organização que desenvolvemos não é um processo mecânico, não é um processo quantitativo.

«Já repararam, já começaram a ver as machambas. Já começaram a ver as aldeias comunais. Já começaram a ver as machambas estatais.

Uma machamba — couves alinhadas, espaços aproveitados, riqueza de linhas... — é para criar aquela beleza... Isso é uma parte da nova cultura.

Não é primeiro vamos cultivar, e depois vamos fazer um «esforço específico» na Cultura. Cada sector, cada serviço tem a tarefa de trabalhar de uma maneira que faça avançar a cultura moçambicana, que a enriqueça.

A Direcção Nacional de Cultura, as estruturas da Cultura, têm tarefas específicas na Cultura, mas todos temos a tarefa da Cultura».

Clarificando e desenvolvendo esta questão Gideon Ndove avan-

çou — no que constituiria a segunda parte da sua intervenção — para a introdução do conceito de acção consciente.

«A nossa cultura não é estática, é dinâmica, desenvolve-se», essencialmente integra-se na luta de classes. A cultura tem carácter de classe, um conteúdo ideológico e tem o problema da sociedade onde se insere.

O papel principal da Cultura é o de formação. Forma os homens, instrui os homens, treina os homens. Mas esse treinamento, instrução e formação é ligado com a educação. O papel da Cultura é dar educação ao povo.

É por isso que desde o princípio se põe a questão de que a Cultura já não pode ser uma acção espontaneísta.

A Cultura na etapa da edificação da Democracia Popular é um acto consciente e, é uma actividade consciente, por isso tem que ser clareada, tem que ser vista no seu conjunto.

A nossa luta é porque o aspecto espontâneo das suas actividades diminua em função do desenvolvimento do aspecto de trabalho planificado, trabalho organizado, trabalho dirigido.

Mas isso não significa que se procure acabar de um dia para o outro com a espontaneidade, que se combata a actividade espontânea do povo. Significa que esse processo de elevação do nível político e ideológico dará ao Povo a capacidade de, em todos os níveis, planificar e ser consciente. Dará ao Povo a consciência de que cada acto cultural é uma acção consciente, não simplesmente espontânea. Pôr a política no comando é um trabalho que se dirige, para melhor servir as classes trabalhadoras — é essa a nossa tarefa».

Ainda no papel da Cultura no contexto da luta de classes foi referida a educação pelo positivo.

«A nossa cultura deve mostrar sempre o homem de amanhã. Não é o homem que chora o passado que vamos cantar ou desenhar. Vamos cantar o homem de amanhã, vamos mostrar as expressões do Povo a avançar».

TRADIÇÃO ORAL

O terceiro tema de discussão nos trabalhos da reunião foi «Tra-

dição Oral». Constaram dos trabalhos uma palestra e o debate subsequente.

A palestra foi proferida pela historiadora Leonor Correia de Matos. Publicamo-la quase na íntegra adiante. Embora numa linguagem não muito simples tocava os aspectos essenciais da questão, abrindo campo ao debate, que era afinal sua função.

No debate registaram-se dois aspectos essenciais. Primeiro, que era naturalmente ideia comum a todos os participantes a imperiosa necessidade de se iniciar um trabalho consequente de recolha da tradição oral. Isto porque cada dia estão morrendo os velhos que são a fonte principal da recolha, são as nossas únicas bibliotecas, as únicas fontes de recolhermos elementos para a reconstituição da nossa história.

Segundo aspecto do debate — as diferentes concepções que dele surgiram, nele se confrontaram.

A primeira foi a concepção de «tradição oral» em si, que era preciso recolher. Enquanto que para uns a recolha de tradição oral era só a recolha de factos históricos, para outros esse não era senão um dos aspectos da recolha. Seriam aspectos não menos importantes a recolha de contos, lendas, episódios, dados sobre a organização das sociedades que estiveram na nossa origem, sobre a função social de cada elemento dessas sociedades, relações entre eles, etc., tudo o que nos permita conhecer suas maneiras de conceber o homem e o mundo, o lugar do homem no mundo, suas relações com a natureza e com os outros homens. Seria, em resumo, não só a recolha da história (dos factos históricos) mas essencialmente a recolha da Cultura, na sua globalidade. A recolha da tradição histórica e a recolha da tradição cultural. Foi esta concepção que prevaleceu.

A outra contradição importante surgida dos debates surgiu na fase de discussão de como passar da constatação teórica da necessidade à prática da recolha.

As posições surgidas perante esta questão foram: A primeira defendia que não era qualquer pessoa que poderia efectuar a recolha, que era preciso uma longa preparação técnica das pessoas que fossem recolher, saberem

muito de história, de etnologia, de arqueologia, etc.

A segunda distinguia na reconstituição histórica e cultural duas fases distintas: a recolha e a interpretação dos elementos recolhidos. E defendia que perante a nossa realidade concreta — de falta das tais pessoas preparadas de modo ideal, e de urgência em iniciar a tarefa — não seria correcto ficarmos à espera dessas pessoas ideais e deveríamos, contando com as nossas forças actuais, desencadear o processo.

Enquanto num amplo movimento de recolha — por pessoas a quem fosse dada uma preparação mínima de técnica de recolha e registo fiel dos elementos recolhidos — se colectaria o máximo de material possível, preparavam-se as pessoas aptas a uma posterior interpretação desse material recolhido. Nessa fase posterior seria então distinguido o material útil (correcto, verdadeiro) do restante. Aqui também foi a segunda concepção a que prevaleceu.

No resto do debate chegaram-se a alguns «métodos de trabalho» a adoptar, que no final foram assim sintetizados:

«No desenvolvimento desta tarefa específica de recolha de dados da tradição oral a ideia que deve presidir nas brigadas de trabalho é de que não deveremos ter a pretensão de introduzir os nossos valores, numa geração que teve uma vivência diferente da nossa. O problema não será criticarmos, mas sim sabermos como era a sociedade e só depois percebermos como é que dialecticamente a sociedade actual surgiu».

Se a recolha não obedecer a estes princípios, obteremos informações deturpadas que apenas nos dificultarão a aquisição do conhecimento científico sobre a nossa História.

Na execução deste trabalho, deveremos ter em conta certos aspectos:

Não se deve limitar a recolha a um indivíduo, mas convém juntar várias pessoas;

A presença de pessoas de maior importância social, poderá inibir a participação de outros com maiores conhecimentos. A informação colhida deve ser sempre

colocada no tempo e no espaço.

Existem dois tipos de informação a recolher: um que se refere à tradição histórica propriamente dita, e que é fácil de obter pois as populações até sentem um certo orgulho em falar dela, e outra que diz respeito à tradição cultural, às concepções do Mundo, da vida e do Universo. Esta já exige um mínimo de conhecimentos sobre usos e costumes locais. Para além disso, é necessário que a brigada colectiva viva com a população o tempo suficiente para que ganhe a sua simpatia e confiança.

Conhecidos os objectivos que devem presidir a este trabalho e

quais os métodos a utilizar, iríamos planificar por etapas a organização deste trabalho.

1.ª etapa

Consciencialização das brigadas colectoras e do povo para a importância da tarefa. Esta consciencialização poderia ser feita através da informação, estruturas do Partido e do Governo e organizações democráticas de massas.

2.ª etapa

Preparação de elementos para a recolha. Quem mobilizar para este trabalho? — Alfabetizados, os alunos do ensino secundário mais maduros politicamente, durante o seu tempo de férias junto da família;

os agentes polivalentes de saúde que após uma preparação prévia, seriam elementos valiosos pois vivem com a população.

3.ª etapa

Recolha de dados, tendo o cuidado de evitar deturpações através da nossa actuação. Para esta recolha, poder-se-iam organizar ainda debates culturais convocando todos os velhos dinâmicos para que nos ensinem.

4.ª etapa

Seleccção dos elementos importantes recolhidos, através de métodos científicos e o seu posterior registo.

Palestra sobre tradição oral

Que pretendemos dizer quando falamos de Tradição Oral? De que importância se reveste, que dados se obtiveram por seu intermédio? Como proceder à sua recolha, de modo a garantir que se não extingue antes que dela tenham sido aproveitadas todas as suas potencialidades?

Procuramos definir «Tradição Oral» de uma maneira operativa e funcional, sem nos preocuparmos com teorizações que nos não ajudem a uma visão clara do problema. Como ponto de partida para um debate que se espera que seja iniciado hoje e continuado por cada um dos presentes no circunstancialismo das suas áreas, poderemos dizer que constituem Tradição oral aqueles conhecimentos geralmente aceites pela sociedade a que se portam e que se transmitem de geração em geração através de relatos de membros dessa sociedade. Definição esta com várias implicações, como já se deixa ver. De que alguns eventos passados serão tidos como tendo indubitavelmente ocorrido, enquanto outros se situam numa periferia da certeza, numa sombra de ambiguidade que apenas o recurso a outras disciplinas pode — quando pode — dissipar. Definição que sugere ainda que certos membros da sociedade sejam por vezes os porta-vozes conscientes da Tradição, que a sua função seja mesmo institucionalizada na forma de relatores oficiais dos costumes e Tradição do povo. Definição que sugere, finalmente, que esse mesmo relato da história do povo possa tomar forma fixa, e desse modo quase ritual e sagrada.

De uma maneira formal ou informal, por forma fixa ou variável, relatada por alguns ou por muitos, há em todas as sociedades o muito particularmente nos que não utilizavam a escrita — um corpo de tradições que são de inestimável valor para o historiador. Reportam-se às origens reais ou míticas do povo, às migrações seguidas, às sociedades que encontraram no seu caminho, às guerras ou arranjos pacíficos que lhes permitiram ocupar o seu actual espaço, referir-se às normas que orientavam esses dirigentes, o seu grau de cultura material, as crenças espirituais que os animavam.

E assim insensivelmente passamos da história à cultura, de um conhecimento de origens por via tradicional ao conhecimento de uma prática diária que secularmente vem sendo vivida e constitui um património cultural, um modo de estar no mundo com acréscimos, com alterações por vezes com deturpações se

quisermos, sempre evoluindo a partir da mesma base, como arabescos bordados no mesmo tecido.

Concretizemos um pouco. E sigamos o mesmo percurso, do antigo para o moderno, do que foi para o que é. Como se fez história, em todo o mundo? Vivendo os acontecimentos primeiro, transmitindo depois essa vivência por oral, registando-a em documentos escritos mais tarde. Ficou então definitivamente protegida do esquecimento, num processo com suas virtudes e o correspondente defeito de fixar para sempre alguns erros inevitáveis.

Que fontes de história temos nós em Moçambique senão a tradição oral que os portugueses recolheram dos povos e registaram e agora utilizamos na sua forma escrita, e o volume, incomensuravelmente maior, do que não registaram nem conheceram e seguiu as suas vias à margem da ocupação estrangeira?

E porque se torna necessário conhecer essa Tradição histórica? Em primeiro lugar por se tratar de um legítimo desejo do povo, de uma necessidade intelectual e efectiva de saber como e porque ocupa determinado espaço. Em segundo lugar porque desse conhecimento decorre a justificação do estado de coisas existentes — organização política e social encontram as suas raízes na Tradição que, evoluindo embora, fornece a base das actuais inter-relações sociais. Finalmente e vistas as coisas por um prisma prático, porque as modificações que sejam no interesse geral introduzir serão mais facilmente coroadas de sucesso se tiverem em atenção os valores prevaletentes nessa sociedade, resultado, como se disse, de determinada evolução.

Como há anos salientou o Comité Internacional para a Urgente Investigação Antropológica e Etnológica, o estudo, da tradição oral deve ser considerado como a propedéutica de toda a pesquisa africanista.

Se me é permitido comunicar aqui uma experiência pessoal, direi que com efeito assim o verifiquei no caso da minha própria investigação. Quando em 1971 me propus realizar um estudo de carácter etnológico e jurídico sobre o povo Chopó, apercebi-me de que a primeira pergunta a que teria de responder era esta: quem são os Chopós? Não fosse tomar como unidade homogénea núcleos de diversas origens. Embora nova me preocupasse pois era efectivamente esse o caso e se não é de excluir que

existir de facto entre Valois, Guambis, Langas, etc., uma cultura comum, tal não pode ser presumido. Bem, se não cheguei a realizar nenhum estudo sociológico sobre os chopos, fiquei sem dúvida a saber mais sobre a sua tradição oral do que qualquer outro investigador... e mesmo do que muitos chopos.

Dica-se acima quanto basta sobre o valor da Tradição oral como fonte de história, história de eventos e história cultural.

Uma cultura de um povo não é apenas um acervo de conhecimentos sobre o que aconteceu ou determinou a realidade social existente. É principalmente uma vivência, um dia-a-dia que se desenrola de certo modo, porque tal o determinam os quadros mentais das pessoas e a ecologia dos lugares.

Escolho a Tradição oral de que agora gostaria de falar é um tanto diferente daquela Transmissão de um corpo de conhecimentos de cada geração à seguinte a que aludi no início deste trabalho. Não se trata já de uma experiência completada, estagnada de um embrulho atado e amarrado que nos vem de tempos idos, mas de qualquer coisa de tão vivo que passado e presente se interpenetram e prolongam numa mesma dimensão. Quem poderia dizer que pertencem ao passado Karingani que ainda agora deleitam os ouvintes reunidos em volta do lume? São tão actuais como foram no início dos tempos os contos morais que advertem os governantes contra os abusos de poder, que são revelo à sabedoria dos pequenos levando de vencida, as mais das vezes, os seus opressores; os contos simplesmente humorísticos que revelam a malícia da chinana ou os incríveis expedientes da senhora lebre; os contos fantásticos mergulhando a imaginação em reminiscências antiquíssimas, em mitos de origem quase totalmente esquecidos...

De tudo encontraremos um pouco, nesta pesquisa pelo folclore moçambicano.

O antigo e moderno, o puramente africano e o que resulta do contacto com civilizações estrangeiras elementos não peculiares à cultura tradicional, contudo de tal modo integrados e englobados no conjunto que não resulta qualquer incongruência.

Vivências permanentes e experiências de certo prazo resultaram uma variedade de temas expressos já não em contos mas por vezes também em letras de canções. O lamento de Nuaman-tibiana, desterrado para Terras longínquas, foi a expressão artística de um acontecimento histórico traumatizante, de fortes repercussões sociais; outros são meramente incidentais ou até anecdóticos — caricaturando uma autoridade colonial ou relatando visita de algum Vip; outros ainda reportam-se a um dia-a-dia árduo, referindo dificuldades no pagamento do imposto ou vicissitudes do trabalho nas minas.

Sub forma musicada embora o seu valor seja mais literário e sociológico do que musical encontram-se ainda hoje canções ditos de Kubonga (designação chopo), espécie de hinos dos linhagens, sobretudo os reais, por vezes plenos de sabedoria. Al se compara (Zandamela) o ofício de governar ao cacimbo, como este de curta duração; ou o chefado à raiz fasciculada da mexoeira (em Quissico) que só é forte porque é única; ou o direito dos chefes à água da abóbora enquanto a própria abóbora pertencia aos régulos. Acima de tudo, frequentes referências ao fundador da aldeia, ao local de origem ou a acontecimentos relevantes fazem destas canções um repositório de dados históricos e sociológicos.

De então são cantos de louvor aos chefes; louvor, sempre baseadas mais com crítica traduzindo uma opinião pública alertada para os acontecimentos; ou são mguuiu, cantos guerreiros invocando vitórias passadas.

Voltamo-nos finalmente para o que nos rodeia e notemos as humildes manifestações culturais que espontânea e obliquamente brotam agora do povo moçambicano. Também aqui há lugar à Tradição, tomada esta num sentido um tanto diferente

e mais restrito o seu originário sentido latino de transferência ou transmissão, sem referência ao factor tempo. Pois não nos transmitem esses grupos diariamente uma mensagem: a seu entusiasmo e alegria pela liberdade readquirida?

Como fonte de história a Tradição Oral tem tido — como seria inevitável — os seus defensores e os seus detractores e sobre o debate que se gerou entre uns e outros direi seguidamente algumas palavras. Dos bastiões funcionalista que lhe sucedeu surgiu o previsível ataque. Como acontece com todas as características culturais, que preenchem sempre determinada função social — é este o ponto de partida da referida escola funcionalista — assim também a tradição oral satisfaz determinados objectivos. São estes o de justificar o estado de coisas existente, de conferir legitimidade às bases em que assenta a sociedade em questão. Entendem pois os funcionalistas que a tradição oral não goza de suficiente autonomia, e não sendo um elemento independente a sua contribuição só pode ser limitada.

A segunda crítica digna de nota feita à Tradição oral como fonte de história provém de todos aqueles que entendem estar ela condicionada — não já pela função social que é chamada a preencher como atrás se referiu — mas pelos quadros mentais dos membros dessa sociedade. A tradição oral, afirmam certos autores, traduz não a verdade histórica, mas a cosmologia desse povo, a sua concepção do universo, os seus valores morais e filosofia da vida.

Em argumentos mais terra-a-terra notam outros autores que a limitada é a memória humana para que se lhe possa dar excessivo crédito, a frequente confusão entre realidade e mito; a dificuldade em estabelecer genealogias exactas e, quando estabelecidas a duração de cada reinado, dadas as complicadas regras de sucessão que não raro vigoram nessas sociedades. Saliem ainda os motivos de prestígio ou até de ganho pessoal que muitas vezes prevalecem no espírito dos informantes ao fornecer dados sobre as tradições do seu povo.

Dos etnólogos tem partido também fogo cerrado sobre os historiadores que se dedicam ao estudo da Tradição oral alegando que lhes seria necessário possuir uma formação etnológica para entender muitos dos fenómenos que se lhes deparam (assim, e já que me referi ao assunto, o historiador que não conheça as regras de sucessão que levam os irmãos a suceder nos cargos políticos, e só depois os filhos — caso dos Chopos, por exemplo — poderão ser levados a estabelecer cronologias totalmente fantasiosas).

Que diremos dos méritos e deméritos dos pontos de vista expostos? Irão certamente constituir motivo de debate não apenas esta noite mas onde quer que se encontrem dois moçambicanos voltados para as coisas do passado. Afirme-se no entanto desde já que as objecções referidas não parecem decisivas, sabido como é que em ciências humanas a última palavra fica sempre por dizer. A tradição oral não é particularmente incontroável, apenas está sujeita a canção como tudo o mais.

Na medida do possível confirmar-se-ão pelo uso de outras disciplinas os dados que se obtiverem por seu intermédio. A linguística, a arqueologia, a etnologia, os documentos escritos quando os haja, lhe fornecerão o necessário apoio.

Pode até acontecer — como tive-nos a fortuna de que nos sucedesse — que o processo se inverta e vejamos a tradição confirmar hipóteses postas por estudiosos de outras disciplinas. Quando no ano passado as brigadas de Julho da Universidade procediam a escavações na Muabaa, a hipótese de trabalho de arqueólogos e estudantes que as constituíam era de que os muralhados pertencessem à cultura dos Zimbabwe; bem, a nossa pequena equipa em pesquisa de apenas alguns dias, recolheu naquela local a tradição oral de serem vacarangas — ou Mucarangas, como escrevem os livros portugueses — os habitantes

mais antigos do local: Mocarangas esses, como se sabe, responsáveis pela construção dos ditos amuralhados Zimbabwes de Moçambique e Rodésia.

E já que falo de investigação de campo e experiências pessoais, referirei um caso em que um mínimo de investigação na tradição oral — que não foi realizado — teria poupado fortes dores de cabeça à Administração. Era o caso do regulado Chambula, do então concelho de Zavala, no qual o régulo não gozava ao tempo de qualquer vestígio e o descontentamento entre os chefes era geral. Acontece que a Administração tinha, havia anos considerado vantajoso unir uma série de chefados sob a liderança de um régulo e, como os chefes não chegavam a acordo, foi buscá-lo a Zavala. Simplesmente os Zavalas tinham sido, dáca

das atrás, os seus conquistadores e opressores, pelo que a escolha de mais um Zavala para governar em Chambula se pode classificar de tudo menos de diplomática.

Tivesse o governo português conhecido tradição oral...

Resta nos concluir sobre a necessidade e, mais ainda, urgência de proceder à recolha da Tradição oral. Como há anos afirmou a UNESCO, em sociedades que não utilizam a escrita «cada velho que morre é uma biblioteca que arde». Frustração sem limites e que bem conhecemos por experiência própria, a de ouvir dizer que a pessoa que verdadeiramente conhecia a tradição faleceu dias antes...

(Extractos da palestra proferida por Leonor Matos)

(De: "Tempo", Maputo, (358) 1977-08-14, p. 32-39)